

# ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: O CASO BRASILEIRO NA ÁREA DA ECONOMIA RURAL

FERNANDO A. S. ROCHA (\*)

## I — INTRODUÇÃO

O papel do ensino, da pesquisa e extensão rural no desenvolvimento agrícola tem sido amplamente estudado e debatido no Brasil. De modo especial, nota-se uma crescente preocupação em identificar estratégias e políticas nesses setores de modo a torná-los cada vez mais produtivos para objetivos nacionais e regionais de desenvolvimento.

A economia do País vem obtendo nos últimos três anos taxas de crescimento global da ordem de 10% e sua manutenção a esses níveis continuará a exigir do setor agrícola um desempenho cada vez maior. A expansão da agricultura brasileira, para atender aos crescentes mercados interno externo dependerá, por sua vez, entre outros fatores, da modernização tecnológica do setor. Os agentes desse processo são e serão múltiplos: os Governos, federal e estadual principalmente, e o setor privado, compreendendo o setor agrícola e o setor não agrícola. Também serão múltiplas as opções abertas ao País na escolha dos caminhos que levarão à modernização de sua agricultura. O grau de sucesso no atingimento dos objetivos de desenvolvimento irá depender, no entanto, inescapavelmente, das instituições e dos homens com que o País puder contar. Dentro deste contexto, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural terão, diante de si, crescentes responsabilidades como agentes propulsores do desenvolvimento agrícola brasileiro. Neste trabalho, pro-

---

(\*) Professor Assistente do Departamento de Economia Rural da Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Viçosa, licenciado. Atualmente é Assessor Técnico, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

— As idéias são de responsabilidade do autor e não representam o ponto de vista das instituições a que se acha ligado.

curar-se-á descrever o perfil individual das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão do Brasil no que se refere à sua atuação no campo da Economia Rural e apontar, em grandes linhas, seus contornos institucionais e as possíveis direções que elas deveriam tomar para contribuir, ainda mais, para acelerar o desenvolvimento da agricultura brasileira (1).

## II — O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DA ECONOMIA RURAL NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA

A Economia Rural (ER) como disciplina acadêmica no Brasil desenvolveu-se e institucionalizou-se nas escolas de agronomia (2). No processo de desenvolvimento e institucionalização da ER no País pontificaram inúmeros pioneiros, cujo trabalho silencioso e persistente rendeu os melhores frutos. De fato, um exame retrospectivo mostra a presença marcante de alguns homens, responsáveis por inúmeras iniciativas, a partir da década de 40, que ensejaram o deslanche da disciplina. Em primeiro lugar, eles foram os mentores de quase todos economistas rurais brasileiros mais jovens (3). À função de ensino e pesquisa, souberam juntar a de proselitistas de uma causa a que se dedicaram tenazmente. Não se pode assim, na história do desenvolvimento do ER no Brasil, minimizar o papel dessas personalidades.

As modificações profundas ocorridas na sociedade brasileira, propelidas pelo desenvolvimento econômico dos últimos 30 anos, ensejaram novas oportunidades de expansão da ER, por força das “demandas” que elas exerceram sobre a “inteligência” brasileira. De outro lado, houve substanciais estímulos externos às instituições de ensino (e pesquisa), facilitando e acelerando o desenvolvimento do campo da ER. Aqui, destacam-se vários profissionais estrangeiros, especialmente norte-americanos, que através de programas de assistência técnica, vieram ao Brasil atuar como professores, pesquisadores ou consultores. Eles trouxeram, além do seu treinamento substantivo, modelos institucionais, que procuraram implantar no Brasil, destacando-se o dos “land grant colleges”. A partir de 1958 foi estabelecido um esquema de assistência técnica pelo governo americano, com a intermediação de universidades norte-americanas, que passaram a trabalhar, num esforço de desenvolvimento institucional, com universidades brasileiras.

A primeira foi a Universidade de Purdue que, naquele ano, iniciou sua assistência a Universidade Rural do Estado de Minas, hoje, Universidade Federal de Viçosa (UFV). Seguiram-se os convênios da Universidade de Wisconsin com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual de Ohio com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo e Universidade Estadual Arizona com a Universidade Federal do Ceará.

A par desses programas, destaca-se a atuação da Fundação Ford, talvez a instituição estrangeira que individualmente mais colaborou para o desenvolvimento da Economia Rural do Brasil. Todas as atividades de ajuda externa a Economia Rural visavam, basicamente, o estabelecimento de programas de pós-graduação e o fortalecimento da pesquisa. Esses programas de assistência concentraram a aplicação de seus esforços exatamente naquelas instituições onde já havia uma razoável base de recursos humanos e materiais. Em Viçosa havia um grupo de professores, treinados nos Estados Unidos, na década de 40, e as atividades de pesquisa, conquanto limitadas, eram rotina na vida do Departamento, quando o panorama geral no País era a quase inexistência de tais atividades nas instituições de ensino. Além do mais, em Viçosa, até mesmo a existência de um Departamento de Economia Rural, àquela época, englobando as áreas de Economia Rural, Administração e Contabilidade Rural, e Sociologia Rural, representava um “avanço institucional” quando predominavam, ainda, as “cadeiras isoladas” ou cátedras.

Estabeleceu-se em Viçosa, então, em 1961, o primeiro programa de pós-graduação a nível de mestrado, no Brasil, na área da ER. A participação do Ministério da Educação e Cultura, através da COSUPI, da Universidade de Purdue e da Fundação Ford, possibilitou a rápida expansão do programa, desenvolvendo-se, ao mesmo tempo, um intenso esforço de recrutamento e aperfeiçoamento do corpo docente local. O curso de mestrado, por sua vez, criou novas oportunidades para a pesquisa, parte das exigências para a obtenção do grau via a tese que se exigia dos estudantes. Finalmente, em 1971, iniciou-se, em Viçosa, o primeiro programa de Doutorado (Ph. D) em ER no Brasil. Em 1963 o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas — (IEPE) — da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iniciou seu programa de mestrado. Em 1966 foi a vez da ESALQ, em Piracicaba e, finalmente, em 1971, a Universidade Federal do

Ceará. A ESALQ e o IEPE oferecem opções de mestrado em Sociologia Rural e Viçosa, desde 1968, mantém um programa de Extensão Rural. Esses programas têm suprido com seus graduados um mercado em rápida expansão. As próprias escolas de agronomia (e, em menor escala, de Veterinária) são umas das principais fontes de demanda. A Reforma Universitária, que o Governo Federal vem implantando no País, exige como pré-requisito para ingresso na carreira de docente o grau de M.S. e o de Doutor, para acesso aos degraus superiores. A própria legislação de ensino superior brasileiro exerce, assim, forte pressão sob a demanda de pessoal com cursos de pós-graduação. Além disso, inúmeros institutos de pesquisa econômica, órgãos de planejamento e assessoria dos governos federal e estadual e, em menor escala, a iniciativa privada, estão recrutando pessoal com treinamento avançado em ER. O estudo de Pelligrini e Witt mostrou que até 1967 os programas de Mestrado de Viçosa e Porto Alegre concederam 89 graus de M.S. em ER. Hoje esse número deve girar em torno de 200 (Viçosa, Porto Alegre e Piracicaba) (4). Estima-se que em 1973 cerca de 200 estudantes estão matriculados nos quatro programas de pós-graduação em ER existentes no Brasil.

Finalmente, cabe acrescentar algumas palavras sobre o crescente apoio financeiro do Governo Federal e alguns Governos Estaduais ao ensino superior brasileiro. A partir de 1967 acentuaram-se as providências no sentido de consolidar mudanças em curso no sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo que se introduziram outras inovações institucionais atingindo a todos os níveis de ensino. As ciências agrárias em geral e a economia e sociologia rurais beneficiaram-se obviamente com essas mudanças (5).

Além do fortalecimento e expansão dos programas de graduação, a pós-graduação recebeu especiais estímulos. Destacam-se, do ponto de vista financeiro e de apoio técnico, — afora as dotações orçamentárias normais — os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNTEC) e, em São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP). Esses órgãos canalizam recursos para a contratação e treinamento de docentes e pesquisadores, aquisição de equipamentos, financiamento de

pesquisas, bolsas para estudantes pós-graduados, etc. Sem sua vigorosa contribuição, a ajuda supletiva estrangeira e de outros órgãos nacionais não teria produzido os excelentes resultados alcançados até hoje.

### III — O ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL NO BRASIL

Os programas de graduação nas escolas de agronomia obrigatoriamente devem oferecer pelo menos um curso de ER, por força de lei. Via de regra, o estudante de agronomia brasileiro limita-se no seu treinamento graduado a um único curso de ER, ministrado em um semestre ou dois. Comumente, agrupam-se, nesses cursos, noções elementares de Economia ao lado de “aspectos aplicados” tais como Contabilidade e Administração Rural e Cooperativismo. Desse modo, salvo raras exceções, na grande maioria das escolas de agronomia do Brasil, os estudantes concluem seu curso com um treinamento superficial em ER o que, de início, dificulta, sobremaneira, sua habilidade futura de expandir seus conhecimentos no campo e sua utilização nos múltiplos problemas da agricultura. Essa situação reflete muito mais uma escassez de recursos humanos que, propriamente, uma falta de consciência da importância do campo da ER na formação profissional do agrônomo, embora predomine, ainda, uma orientação excessivamente “*biologística*” entre muitos educadores e administradores do ensino agrícola brasileiro. Apesar disso, desde a instituição do primeiro departamento de Economia Rural numa escola de agronomia no Brasil, em 1931, na Escola Superior de Agricultura, em Viçosa, até os dias de hoje, o campo ganhou respeitabilidade acadêmica dentro e fora das escolas de agronomia.

Nos programas de ensino ao nível de graduação persistem, ainda, grandes obstáculos, cuja superação é essencial para o desenvolvimento mais rápido e adequado do campo da ER. Daí a ênfase que seus “problemas” merecerão nesse trabalho.

Desprovido de maiores conhecimentos de teoria econômica e métodos quantitativos, acumulam-se ao longo dos anos as deficiências do futuro profissional, que passa a conceber processos e problemas econômicos em termos simplistas. O fortalecimento dos programas de ensino graduado em ER ganham especial importância se levarmos em conta:

- a) que os jovens saídos das escolas de agronomia constituem

seu principal “produto” e seu desempenho profissional irá depender, em grande medida, daquilo que receberam no seu treinamento básico; b) que nas fases posteriores de treinamento formal avançado — cursos de especialização, mestrado ou doutorado — deve haver um mínimo de “desajuste” entre os conhecimentos substantivos do postulante ao programa e as exigências para ingresso e desempenho neles. De um lado, nota-se uma evidente defasagem entre aquilo que os programas de graduação oferecem no campo da ER e o papel que o economista agrícola deve desempenhar nas múltiplas funções que a sociedade está a lhe exigir. Os programas de pós-graduação em ER instituídos no País, vêm-se a braços com o problema do “nivelamento” dos estudantes que batem às suas portas. Até agora tem sido possível minimizar esse problema pela seleção rigorosa dos candidatos e, também, por contarem esses programas com um “pool” de candidatos bastante superior à sua capacidade de absorção. No entanto, esse aparente círculo vicioso está sendo rapidamente quebrado. A qualidade dos economistas agrícolas vem sendo substancialmente melhorada ao longo dos anos. Em primeiro lugar, aos professores do ensino superior estão sendo dadas oportunidades para obter no País ou no exterior, cursos de pós-graduação. De imediato, tem-se uma sensível melhora nos padrões de ensino graduado como resultado dessa política. Por outro lado, paulatinamente, os professores estão sendo incorporados aos regimes de dedicação integral ao ensino e à pesquisa, atividades indissociáveis do trabalho docente segundo a concepção da Reforma Universitária Brasileira. A figura do professor que não pesquisa está desaparecendo, com evidente benefícios para o ensino. Outros gargalos estão sendo eliminados como, por exemplo, a adoção de critérios baseados no desempenho para o avanço na carreira do magistério, em detrimento do critério de senioridade. A expansão dos recursos bibliográficos, do pessoal auxiliar docente e de pesquisa, a convivência e trabalho integrado com os órgãos de planejamento e política agrícola dos governos, com as indústrias, os serviços de extensão e os agricultores são outras realidades que se concretizam a cada dia. É confortador verificar que os ganhos da ER no Brasil têm sido compatíveis com o ritmo das conquistas brasileiras noutros setores e, mais do que isso, nitidamente direcionadas no sentido de “queimar etapas” no processo de desenvolvimento do campo.

A provisão de um sólido arcabouço teórico aos jovens que escolheram a ER como área profissional vem sendo arduamente perseguida. Felizmente, a legião dos economistas agrícolas brasileiros, cujo treinamento em teoria econômica é amplo e profundo, vem aumentando e isso há de contribuir para tornar mais relevante seu trabalho. Da mesma maneira, é essencial insistir, o conhecimento de agricultura (técnicas e práticas agrícolas, biologia da produção, etc.) e das instituições e aspectos culturais da organização social rural, são importantes para a formação e desempenho do economista agrícola (6). No contexto das escolas de agronomia torna-se necessário abrir o leque das disciplinas econômicas e outras como a sociologia e comunicação. Algumas escolas de agronomia, notadamente a ESALQ, de Piracicaba, e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa conseguiram introduzir, nos cursos de graduação, esquemas curriculares que permitem aos estudantes concentrar seus esforços na área da ER, pela eleição de uma série de disciplinas que lhes possibilitam adquirir conhecimentos mais amplos. Nesse caso, além de disciplinas como microeconomia, macroeconomia, estatística aplicada, administração rural, planejamento e política agrícola, crédito rural e cooperativismo o estudante pode frequentar cursos de sociologia rural, sociologia do desenvolvimento e comunicação. Em Porto Alegre e Fortaleza as respectivas escolas de agronomia caminham na mesma direção. Espera-se que esse processo de “diferenciação” se acentue nessas escolas e atinja às demais, permitindo não só o oferecimento de maiores opções de cursos nas áreas de ER bem como nas outras ciências sociais. A tarefa de estudar e plasmar o desenvolvimento agrícola requer uma estreita colaboração dessas ciências sociais, infelizmente, ainda pouco desenvolvidas nas escolas de agronomia. A par desses desenvolvimentos, há evidentes progressos no ensino de matemática, estatística e ciências de computação, indispensáveis à formação do economista agrícola “moderno”.

#### IV — O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA NOVA FASE DA ECONOMIA RURAL

Foram feitas diversas referências nas secções anteriores ao desenvolvimento da pós-graduação em ER no País. Conquanto o assunto mereça um exame mais aprofundado, há várias razões para abreviar seu tratamento aqui. Em primeiro lugar, ele já foi abordado “*en passant*” nesse trabalho.

Por outro lado, há excelentes análises (ainda que não exaustivas) sobre a pós-graduação em ER no Brasil contidos em estudos e relatórios elaborados por especialistas que realizaram, inclusive, minucioso trabalho empírico sobre os mais variados aspectos desses programas. Mais ainda, esses e outros trabalhos contêm prescrições ou recomendações políticas (algumas, é bem verdade, superadas pela própria evolução do ensino no Brasil) bastante detalhados e calçados em diferentes experiências e perspectivas dando, assim, uma boa noção do contexto em que foram colocadas. Pouco poder-se-ia acrescentar a esses trabalhos sem uma cuidadosa revisão dos dados e fatos novos que marcaram as instituições individuais já analisadas e outras mudanças na sociedade brasileira. Tendo escolhido — deliberadamente — o ensino de graduação como “amarração” do trabalho, fazendo recair sobre ele o ônus da “causalidade” de várias transformações e alinhamentos subseqüentes, parece prudente suspender julgamentos mais aprofundados sobre a pós-graduação. Ao que já foi dito acrescentaria o seguinte: A pós-graduação no Brasil vem sendo objeto de especial atenção por parte do Governo Federal, com instrumento de melhoria do ensino universitário e fonte geradora de conhecimentos e pessoal qualificado para sobrepor às dificuldades que a limitada capacidade de produzir novos conhecimentos vem impondo ao País. Quem observa o que vem sendo feito no País nessa área, sabe que, se as dificuldades são ainda grandes, maiores foram os progressos. No campo da economia agrícola o Brasil conta com quatro programas de mestrado e um de doutorado, como se viu. Esses programas, a despeito dos recursos que o Governo Federal e Governos Estaduais vêm canalizando para eles, ao lado de uma constante e vigorosa assistência supletiva do estrangeiro, não estão consolidados. A pós-graduação é atividade cara e requer condições institucionais que possibilitem o melhor uso dos escassos recursos — especialmente os humanos. A “massa crítica” de pessoal com que esses programas precisam contar para atingir os objetivos que nortearam sua implantação não se constrói e se consolida facilmente. Parece conveniente, assim, reforçar os programas existentes ao invés de criar novos programas. A qualidade e relevância do treinamento precisam ser objeto de preocupação constante. Do mesmo modo, a cooperação entre os programas existentes deve ser estimulada mas a sadia competição entre eles não deve ser desencorajada. Eventualmente, o mercado irá determinar o

destino dos programas atuais e futuros. De qualquer sorte, os programas existentes precisam ser fortalecidos por razões de economia e bom senso. A sociedade vem recebendo muito desses programas e passará a exigir mais no futuro. Esse o “desafio de pós-graduação” no estágio em que se encontra a sociedade brasileira hoje.

#### V — A PESQUISA NO CAMPO DA ECONOMIA AGRÍCOLA

A pesquisa no campo de ER tem se expandido notavelmente no Brasil. Esta expansão deve-se, de um lado à maior disponibilidade de pessoal qualificado, através de treinamento no Brasil ou no exterior. A instituição dos programas de pós-graduação no Brasil contribuiu também, sensivelmente, para a produção de pesquisas. Cada título de pós-graduação concedido no País gera, quase sempre, uma pesquisa empírica. De outro lado, a dinâmica do desenvolvimento brasileiro criou uma maior demanda pela pesquisa. Os órgãos de governo e mesmo a iniciativa privada passaram a dar maior importância à pesquisa. Os inúmeros órgãos de desenvolvimento agrícola recrutaram nos últimos anos dezenas de técnicos que se dedicam ao acompanhamento conjuntural do setor agrícola e pesquisadores voltados para a formulação e avaliação de políticas. Nas Universidades, ainda que restritamente, ampliaram-se as oportunidades para pesquisas independentes daquelas acopladas aos programas de pós-graduação. O aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas em ER, é pois, evidente e os dados disponíveis confirmam essa assertiva.

Na década dos 40 apenas São Paulo possuía uma instituição especializada de pesquisas em ER. Daquele núcleo pioneiro — a Sub-Divisão de Economia Rural — surgiu uma das mais vigorosas e influentes instituições de pesquisa no campo de ER no Brasil, o atual Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria da Agricultura. Na Escola de Agronomia de Viçosa ensaiava-se, à mesma época, o que foi, provavelmente, o primeiro núcleo de pesquisas em ER dentro de uma instituição de ensino agrícola brasileira. Desde então, verificou-se uma profunda mudança no quadro institucional da pesquisa agrícola no Brasil e da pesquisa em ER, em particular.

Em primeiro lugar, multiplicaram-se os trabalhos nas Universidades e escolas de agronomia, propelidos, como se disse, pela instituição dos programas de pós-graduação.

O Ministério da Agricultura (MA), que possuía um incipiente Serviço de Economia Rural (SER), após uma reforma administrativa, acabou por constituir, em 1970, o Escritório de Análise Econômica e Política Agrícola (EAPA). A criação do EAPA representou um marco institucional importante pois reuniu um grupo com cerca de 30 técnicos com mestrado ou doutorado, voltados para o assessoramento contínuo do planejamento da política agrícola do MA bem como à prestação de assessoramento a curto prazo ao Ministro da Agricultura. Aos poucos o grupo está consolidando sua estratégia de ação e dele espera-se um trabalho de capital importância na racionalização dos critérios de programação e tomada de decisão política ao nível do Ministério da Agricultura.

Nos Estados, apareceram núcleos de economia rural ligados às Secretarias de Agricultura, destacando-se o Centro de Estudos Rurais, de Minas Gerais, pelo escopo de seu trabalho, continuidade de ação e potencialidades.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, através do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas — IPEA — ao lado da política de contratação de pesquisas junto às instituições especializadas já estabelecidas, está montando sua própria equipe de pesquisadores em ER. Os bancos de desenvolvimento regional, notadamente o Banco do Nordeste do Brasil, também estão expandindo seus estudos na área da economia rural bem como órgãos de desenvolvimento regional como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, mantém um Centro de Estudos Rurais, que realiza pesquisas e estudos de acompanhamento conjuntural de economia agrícola. O Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo vem intensificando pesquisas na área da ER. A Comissão Executiva do Planejamento de Recuperação Econômica Rural da lavoura Cacaueira (CEP-CAC) mantém uma equipe dedicada à pesquisa em ER na área de sua atuação.

A criação, em 7 de dezembro de 1972, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ligada ao

Ministério da Agricultura, constitui-se em outro marco alentador. Cuidará a EMBRAPA de coordenar e executar pesquisas agropecuárias, estabelecer políticas nacionais para a pesquisa no setor diretamente através da rede de estações experimentais do Ministério da Agricultura bem como financiará parcial ou totalmente pesquisas com Universidades ou Institutos isolados de pesquisas. A EMBRAPA contemplará a realização de pesquisas nas áreas biológicas, de fertilidade e uso do solo, melhoramento genético, etc. para atender às necessidades de aumento da produção e produtividade das principais culturas e criações. Os aspectos econômico e sociais do processo de desenvolvimento agrícola não serão negligenciados, esperando-se da EMBRAPA a canalização de recursos para as pesquisas em ER e outras ciências sociais. Mais do que isso, a EMBRAPA pretende racionalizar a alocação dos recursos para a pesquisa agropecuária, pela cuidadosa seleção de prioridades, a integração de equipes multidisciplinares e de instituições e outras medidas.

Deve-se salientar que a EMBRAPA surgiu da necessidade de o Brasil promover um melhor uso dos seus escasos recursos para a pesquisa agropecuária e agilizar o processo da produção de tecnologias agrícolas, sem o que o desenvolvimento da agricultura não se fará aos níveis desejados. A transferência e incorporação de novas tecnologias serão também acelerados, de vez que a EMBRAPA trabalhará em estreita colaboração com os serviços de extensão e assistência técnica do País.

Apesar de tudo, a observação de SCHUH e ALVES (7) de que o Brasil possui apenas uma limitada capacidade de pesquisa econômica é válida. Os referidos autores julgam corretamente, “que a capacidade de pesquisa econômica terá que ser em muito aumentada no Brasil para que se consiga um uso mais racional dos recursos e para que se tenha uma política econômica mais certa do que errada”. E apontam algumas ações necessárias para atingir esse desiderato: melhoria do nível de treinamento dos economistas; melhoria da qualidade dos dados econômicos; desenvolvimento de “pesquisas com uma orientação direta de política”; estabelecimento de um equilíbrio entre os problemas de curto e de mais longo prazo, além de outras (8). Convém enfatizar que essas recomendações, assim como outras frequentemente aventadas tais como, fornecimento regular e “previsível” de fundos e recursos orçamentários; política salarial “ade-

quada” vêm sendo perseguidas na medida em que condições permitem. O processo de “ajustamento” das instituições de pesquisa às constantes modificações do meio em que operam é, em si, um fascinante desafio, de vez que resta muito a conhecer como ele se processa. Mas, não há dúvidas de que a experiência brasileira dos últimos dez anos mostra que as instituições de pesquisa em ER — assim como as de ensino — estão encontrando “novos caminhos”. Os eventuais retardamentos e experiências parcialmente bem sucedidas não ofuscam o recorde admirável para quem começou a tão pouco tempo.

## VI — A EXTENSÃO RURAL E A ECONOMIA AGRÍCOLA

Os serviços de extensão rural e assistência técnica desempenham um importante papel no desenvolvimento agrícola, principalmente como intermediadores na transferência de tecnologias para os agricultores. No Brasil o primeiro serviço estadual de extensão rural foi estabelecido em 1948, no Estado de Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Desde então, o serviço de extensão rural espalhou-se por 20 Estados, três Territórios e o Distrito Federal. Atualmente encontra-se organizado em bases nacionais, sob a coordenação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Os serviços de extensão atuam em 2.300 municípios brasileiros contando com a colaboração de cerca de 4.500 extensionistas, em 1973 (9). O Estado de São Paulo mantém uma ampla e vigorosa estrutura de assistência técnica — a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral — CATI — com um efetivo de cerca de 1.050 técnicos. Embora haja algumas diferenças de filosofia e “*modus operandi*”, tanto o sistema ABCAR como a CATI visam, basicamente, à difusão e transferência de tecnologias agrícolas como meios de modernizar a agricultura. No caso específico desse trabalho, vale salientar, de um lado, o progressivo uso de informações econômicas pelos extensionistas e agentes de assistência técnica. Dentro dessa matriz, tanto o sistema ABCAR como a CATI têm procurado valer-se dos resultados das pesquisas econômicas ao lado de estudos sociológicos e de comunicação na não concepção de seus programas e definição de estratégias. Ambas instituições mantêm especialistas nessas áreas dedicados ao planejamento e programação de sua ação. Do mesmo modo, possuem em seus quadros especialistas em ER e outras ciências sociais dedicados à tarefa de estabele-

cer, com os pesquisadores dos institutos especializados e universidades, um contato duplamente positivo: buscam de um lado as informações e conhecimentos de pesquisa sócio-econômica para levar à sua clientela, ao mesmo tempo que procuram “sensibilizar” os pesquisadores para os problemas sócio-econômicos que detectam no campo. Há, evidentemente, ineficiências e dificuldades no cumprimento dessas tarefas, não raro por faltar aos pesquisadores e extensionistas uma melhor compreensão do papel de cada um no desenvolvimento agrícola, ao lado de outros obstáculos. Mas, o importante é a tendência de os serviços de extensão e assistência técnica de “valorizar” o trabalho dos economistas agrícolas e de outros cientistas sociais.

Alguns exemplos: 1) tem crescido o número de extensionistas com treinamento mais refinado em economia agrícola (e sociologia rural e comunicação), seja através de cursos rápidos em serviço ou cursos de pós-graduação; 2) a cooperação entre pesquisadores e extensionistas na definição de “problemas de pesquisa”, elaboração e realização de projetos de pesquisa, embora tímida, tem aumentado; 3) os conhecimentos teóricos e instrumentos analíticos da economia agrícola e outras ciências sociais estão sendo utilizados com maior frequência na programação e avaliação dos trabalhos de extensão e assistência técnica.

A ABCAR, nesse sentido, constituiu a partir de 1969 um grupo permanente de estudos, de caráter interdisciplinar e composto de técnicos da melhor qualidade. O grupo tem procurado codificar conhecimentos visando à melhor definição de estratégias de ação do sistema bem como vem realizando pesquisas empíricas.

A CATI mantém uma Divisão de Sócio-Economia (DSC) mas não tem produzido estudos de maior significação, principalmente por contar a Secretaria da Agricultura com o Instituto de Economia Agrícola com o qual a CATI mantém vínculos via DSC.

Os serviços de extensão estaduais têm estimulado a pesquisa em ER e outras ciências sociais, notadamente a ACAR, que conta com o corpo técnico mais amplo e qualificado no setor. A par desses esforços o pessoal das “áreas tecnológicas” dos serviços de extensão e da CATI estão aprendendo uma “linguagem comum” e procurando integrar suas ações com os economistas agrícolas.

A “tradução” dos resultados da pesquisa econômica dos especialistas para os extensionistas e destes para os agricultores vem sendo ampliada. Em linhas gerais nota-se um crescente interesse nesses programas em dar à ER e outras ciências sociais um papel mais dinâmico nos seus programas. Na medida em que o pessoal qualificado nessas áreas aumentar, espera-se um alargamento da cooperação entre os tecnólogos e uma melhoria do desempenho global desses órgãos em resposta aos desafios do desenvolvimento agrícola.

#### NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1. Há alguns excelentes trabalhos de avaliação do ensino e pesquisa na área de Economia Rural no Brasil à disposição do leitor interessado em informações mais detalhadas: SCHUH, G. E., **Research on Agricultural Development in Brasil**. New York, The Agricultural Development Council, 1970. Este livro encontra-se disponível em português, sob o título: **Pesquisa sobre Desenvolvimento Agrícola no Brasil**, Ministério da Agricultura, Brasília, 1970; PELLEGRINI, VICTOR J. e LAWRENCE W. WITT, **Economia Rural: Ensino Pós-Graduado e Mercado de Trabalho (Brasil, México e Peru)**, Rio de Janeiro, Escritório Técnico de Agricultura, 1969, NICHOLLS, W. H., “Apreciação da Economia Rural no Brasil”, **Agricultura em São Paulo**, março de 1961, ano 8, n.º 5, página 1-36. Outras informações sobre o ensino, pesquisa e extensão em geral encontram-se PAIVA, RUY MILLER, SALOMÃO SHATTAN e CLAUS F. TRENCH DE FREITAS, **Setor Agrícola do Brasil: Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades**.
2. A Economia Rural é uma área de atividade acadêmica vasta, e concentrada nas Escolas de Agronomia. Os economistas agrícolas brasileiros são preponderantemente egressos dessas escolas e os programas de pós-graduação existentes no Brasil estão ligados a elas. Daí a ênfase, óbvia, no tratamento do tema ao contexto das instituições de ensino agrícola superior.
3. A catalogação dessas pessoas, de maneira sistemática, está ainda por ser feita. Na área acadêmica, mesmo correndo o risco da omissão, destacaram-se Edson Potsch Magalhães e Eryl Dias Brandão, em Viçosa, na Escola Superior de Agricultura; Érico da Rocha Nobre, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” em Piracicaba e Romolo Cavina, na Escola Nacional de Agronomia.

4. O programa de Viçosa, por ser o mais antigo, é responsável por pouco mais da metade desse total, com cerca de 130 teses; a ESALQ com 23 e o IEPE com 40 teses já concluídas. Há que se considerar o número de teses em andamento ou fase de conclusão, que é apreciável.
5. Ao lado das amplas medidas adotadas pelo Governo Federal através da Reforma Universitária o ensino de Ciências Agrárias em geral vem merecendo especial destaque. O Ministério de Educação e Cultura designou, no ano passado, uma comissão especial de alto nível para alinhar medidas visando à sua dinamização e expansão racionais.
6. Esse aspecto é particularmente importante para os economistas que eventualmente se dedicam à Economia Rural.
7. SCHUH, G. E. com a colaboração de ELIZEU ROBERTO ALVES, **O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil**, Rio de Janeiro, APEC Editora S.A., 1971.
8. Idem, pp. 354-356.
9. Para maiores detalhes veja-se: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, Rio de Janeiro, 1973, **Plano Nacional de Extensão Rural — Diretrizes para 1973**.